

OBS: No título da matéria encontra-se o link para a íntegra.

Diário Oficial da União

Regulamentação da Economia

Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 11.776, de 9 de novembro de 2023

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, firmado em Brasília, em 2 de julho de 2018.

Fonte: DOU 10.11.2023

Decreto nº 11.777, de 9 de novembro de 2023

Promulga o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, de 15 de dezembro de 1989. Ficam promulgados o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, firmados em Nova Iorque em 15 de dezembro de 1989, com reserva ao Artigo 2º, anexos a este Decreto.

Fonte: DOU 10.11.2023

Questões Institucionais

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 11.769, de 06 de novembro de 2023

Altera o Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, para prorrogar o prazo de adaptação ao padrão da Carteira de Identidade.

Fonte: DOU 06.11.2023 - Edição Extra

Decreto nº 11.774, de 9 de novembro de 2023

Altera o Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, para dispor sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Gabinete do Ministro

Portaria GM/MDIC nº 333, de 9 de novembro de 2023

Institui o Fórum de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Fórum MDIC de Comércio e Serviços (FMCS).

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra

Portaria GM/MS nº 1.712, de 3 de novembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Estabelece recursos financeiros do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada destinados ao custeio incremento financeiro do Sistema Nacional de Transplantes.
Fonte: DOU 06.11.2023

[Portaria GM/MS nº 1.777, de 8 de novembro de 2023](#)

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério da Fazenda

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

[Portaria GM/MS nº 1.368, de 3 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência do estado de calamidade pública em Municípios do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina.

Fonte: DOU 06.11.2023

Ministério das Comunicações

Gabinete do Ministro

[Portaria MCOM nº 21 de 3 de novembro de 2023](#)

Institui o Plano de Dados Abertos - PDA 2023-2025, como documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados do Ministério das Comunicações.

Fonte: DOU 06.11.2023

Ministério da Defesa

Gabinete do Ministro

[Portaria GM-MD nº 5.336, de 1º de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre as orientações gerais para a disponibilização, para consulta, com acesso público, do inteiro teor dos autos dos processos administrativos eletrônicos que documentam as licitações ou contratações no âmbito do Ministério da Defesa.

Fonte: DOU 08.11.2023

[Gastos Públicos](#)

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória nº 1.193, de 9 de novembro de 2023](#)

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 195.000.000,00, para os fins que especifica.

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério do Planejamento e Orçamento

Gabinete da Ministra

[Portaria GM/MPO nº 316, de 03 de novembro de 2023](#)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 1.291.143.904,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Fonte: DOU 03.10.23 - Edição Extra

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

[Portaria GM/MPO nº 320 de 7 de novembro de 2023](#)

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Saúde; dos Transportes; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; da Integração e do Desenvolvimento Regional; das Cidades; da Igualdade Racial; e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 242.159.878,00

Fonte: DOU 08.11.2023

[Portaria GM/MPO nº 321, de 7 de novembro de 2023](#)

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, em diversos órgãos do Poder Executivo federal, e Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 575.600.789,00.

Fonte: DOU 08.11.2023

[Portaria SOF/MPO nº 322, de 9 de novembro de 2023](#)

Modifica fontes de recursos constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito da Presidência da República.

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

[Portaria SEST/MGI nº 5.741, de 27 de setembro de 2023](#)

Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento para 2023, aprovado pela Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, em favor das empresas estatais acima mencionadas.

Fonte: DOU 08.11.2023

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra

[Portaria GM/MS nº 1.808, de 9 de novembro de 2023](#)

Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios a receberem recursos financeiros emergenciais para o custeio da Atenção Especializada

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

[Portaria nº 3.432, de 6 de novembro de 2023](#)

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Clevelândia - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

Fonte: DOU 10.11.2023

Legislação Trabalhista

Presidência da República

[Mensagem Nº 572, de 1º de novembro de 2023](#)

Veto integral, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.949, de 2021, que "Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica.".

Fonte: DOU 07.11.2023

[Mensagem nº 572, de 1º de novembro de 2023.](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Veto integral, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.949, de 2021, que "Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica".

Fonte: DOU 07.11.2023

Infraestrutura

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra

[Portaria GM/MS nº 1.735, de 07 de novembro de 2023](#)

Altera a Portaria GM/MS nº 1.517, de 9 de outubro de 2023, para modificar regras do processo de seleção para participação em modalidades específicas do eixo da Saúde no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.

Fonte: DOU 07.11.2023 - Edição Extra

Ministério das Cidades

Gabinete do Ministro

[Portaria MCID nº 1416, de 6 de novembro de 2023](#)

Regulamenta a linha de atendimento voltada à provisão subsidiada de unidades habitacionais em área urbanas, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, integrante do Minha Casa, Minha Vida, em municípios com população até cinquenta mil habitantes - MCMV FNHIS Sub 50

Fonte: DOU 07.11.2023

Sistema Tributário

Carga Tributária

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 4ª Região Fiscal/Divisão de Tributação

[Solução de Consulta nº 4.056- SRRF04 de 6 de novembro de 2023](#)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Para fins de utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Fonte: DOU 07.11.2023

[Solução de Consulta nº 4.055- SRRF04 de 6 de novembro de 2023](#)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI Somente os 170 códigos NCM ou Ex da TIPI cujas alíquotas foram restauradas (nos percentuais previstos na TIPI vigente em 31 de dezembro de 2021), pelo Decreto nº 11.158, de 2022, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 11.182, de 2022, foram alcançados pela medida cautelar proferida pelo Ministro relator da ADI nº 7.153.

Fonte: DOU 07.11.2023

[Solução de Consulta nº 4.057- SRRF04 de 6 de novembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

APURAÇÃO CENTRALIZADA. A apuração da Contribuição para o PIS/Pasep será efetuada de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica.

APURAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE CRÉDITO. É possível o aproveitamento de crédito da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep não utilizado em períodos anteriores, desde que não tenha decorrido o prazo prescricional.

Fonte: DOU 07.11.2023

Solução de Consulta nº 271, de 1º de novembro de 2023

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins - O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI nº 4.254/SP, analisou a validade do regime de substituição tributária definido no art. 65 da Lei nº 11.196, de 2005, segundo o qual o produtor, fabricante ou importador está obrigado a recolher, na condição de substituto tributário, o tributo devido na operação de revenda pela empresa sediada na ZFM.

Fonte: DOU 08.11.2023

Solução de Consulta nº 3.015, de 11 de outubro de 2023

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS. VENDA DE BEM IMÓVEL. GANHO DE CAPITAL. ISENÇÃO.

O ganho de capital decorrente da venda de bem imóvel, por entidade sem fins lucrativos, somente pode vir a usufruir da isenção do IRPJ caso sejam cumpridos todos os requisitos legais estabelecidos no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, dentre os quais, que os recursos oriundos dessa alienação sejam integralmente aplicados em seus objetivos sociais.

Fonte: DOU 08.11.2023

Solução de Consulta nº 5.013, de 2 de outubro de 2023

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O não atendimento desses requisitos importa a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta da prestação dos serviços.

Fonte: DOU 08.11.2023

Ato COTEPE/ICMS nº 161, de 8 de novembro de 2023

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS nº 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS nº 199/22 e no Convênio ICMS nº 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022.

Fonte: DOU 09.11.2023

Solução de Consulta nº 267, de 31 de outubro de 2023

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins - CRÉDITOS. BASE DE CÁLCULO. ICMS.-Desde que observada a legislação pertinente, em relação aos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins decorrentes de gastos com a aquisição de insumos, máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, e com energia elétrica ou térmica nos termos dos incisos II, III e VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, a pessoa jurídica que incorreu nesses gastos e é sujeita à incidência não cumulativa das contribuições:

Fonte: DOU 09.11.2023

Solução de Consulta nº 273 de 07 de novembro de 2023

Assunto: Simples Nacional - Não há óbice à opção pelo Simples Nacional por pessoa jurídica cujo administrador não sócio seja sócio em outras empresas por não se subsumir tal cláusula contratual às hipóteses de vedação previstas nos incisos IV e V do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que atendidas as demais condições estabelecidas na referida Lei Complementar.

Fonte: DOU 09.11.2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

[Solução de Consulta nº 274, de 7 de novembro de 2023](#)

Os valores recebidos em razão da constituição de servidão administrativa, inclusive a correção monetária e os juros sobre eles incidentes, por pessoas jurídicas tributadas na forma do lucro presumido terão os ganhos ou as receitas reconhecidos nas escriturações contábeis ou fiscais tributados na forma do lucro presumido (base de cálculo do IRPJ), uma vez que não existe na legislação vigente regra específica que conceda isenção nessa situação.

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar *Gabinete do Ministro*

[Portaria MDA nº 63, de 9 de novembro de 2023](#)

Institui o Colegiado do Fundo de Terras e do Crédito Fundiário no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário, define as competências e o funcionamento.

Fonte: DOU 10.11.2023

Infraestrutura Social

[Educação](#)

Ministério da Educação

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil

[Resolução nº 55, de 6 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a renegociação de dívidas relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), nos termos do § 4º do artigo 5º-A, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Fonte: DOU 06.11.2023 - Edição Extra

[Responsabilidade Social](#)

Atos do Poder Legislativo

[Lei 14.721, de 8 de novembro de 2023](#)

Altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério.

Fonte: DOU 09.11.2023

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Nacional de Justiça
Gabinete

[Portaria SENAJUS/MJSP nº 84, de 26 de outubro de 2023](#)

Dispõe sobre a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras. Ficam definidos, nos termos desta Portaria, os objetivos e diretrizes gerais de funcionamento da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras, doravante denominada RNCA, bem como o Termo de Adesão a ser firmado pelos Municípios para sua consolidação.

Fonte: DOU 10.11.2023

Interesse Setorial

[Agroindústria](#)

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 11.771, de 9 de novembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apresentar propostas para fortalecer a Cadeia Nacional do Leite. Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apresentar propostas para fortalecer a Cadeia Nacional do Leite, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Fonte: DOU 10.11.2023

Ministério da Agricultura e Pecuária
Gabinete do Ministro

Portaria MAPA nº 624, de 6 de novembro de 2023

Prorroga, por 180 dias, a vigência da Portaria MAPA nº 587, de 22 de maio de 2023, que declarou estado de emergência zoossanitária, em todo o território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil.

Fonte: DOU 07.11.2023

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Instrução Normativa nº 135 de 25 de outubro de 2023

Dispõe sobre os procedimentos administrativos para o reconhecimento de projetos de assentamento de outras entidades governamentais e de unidades de conservação de uso sustentável para a inclusão de unidades familiares no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Fonte: DOU 09.11.2023

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Resolução GGPAA Nº 5, de 30 de outubro 2023

Estabelece as normas que regem a modalidade PAA Leite do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
Fonte: DOU 07.11.2023

Ministério da Pesca e Aquicultura
Gabinete do Ministro

Portaria MPA nº 9 de novembro de 2023

Institui, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Prêmio Mulheres das Águas.
Fonte: DOU 10.11.2023

Automobilística

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Portaria nº 484, de 6 de novembro de 2023

Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 50/2018 - De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 158/2022; e, Modificar, em caráter opcional, a placa do módulo legalmente relevante (MLR), o plano de selagem do dispositivo registrador e o plano de selagem principal do modelo VSIS VCAP 01 de medidor de velocidade de veículos automotores, marca Velsis, aprovado pela a Portaria Inmetro/Dimel n.º 050 de 05 de Abril de 2018, publicada no D.O.U em 06/04/2018, seção 1, página 147, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro:
<http://www.inmetro.gov.br/pam/>

Fonte: DOU 08.11.2023

Biocombustíveis

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Ministério da Fazenda
Conselho Nacional de Política Fazendária

[Ato Cotepe/PMPF nº 28, de 9 de novembro de 2023](#)

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Fonte: DOU 10.11.2023

Construção Civil

Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria Executiva

[Portaria SE/MTE nº 3.636, de 9 de novembro de 2023](#)

Constituir Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de elaborar proposta de texto de Pacto Nacional sobre boas práticas para o trabalho decente no Setor da Construção Civil no Brasil.
Fonte: DOU 10.11.2023

Construção e Reparação Naval e Offshore

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 11.773, de 9 de novembro de 2023](#)

Altera o Decreto nº 9.878, de 27 de junho de 2019, que institui a Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional.
Fonte: DOU 10.11.2023

Farmacêutica

Ministério da Saúde
Agência Nacional de Saúde Suplementar

[Resolução Normativa ANS nº 589, de 7 novembro de 2023](#)

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Encorafenibe, em combinação com Cetuximabe, para o tratamento, em segunda linha, de pacientes com câncer colorretal metastático com a mutação no gene BRAF V600E, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da Lei nº 9.656/1998.
Fonte: DOU 08.11.2023

Telecomunicações

Ministério das Comunicações
Agência Nacional de Telecomunicações
Conselho Diretor

[Resolução Anatel nº. 765, de 6 de novembro de 2023](#)

Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações. Aprovar o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, na forma do Anexo a esta Resolução.
Fonte: DOU 10.11.2023

Diário Oficial Estadual

Questões Institucionais

Poder Executivo

Decreto nº 3.858

Homologa situação de emergência no Município de Nova Prata do Iguaçu em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas.

Fonte: DOE 01.11.2023

Decreto nº 3.859

Homologa situação de emergência no Município de Salto do Lontra em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 01.11.2023

Decreto nº 3.894 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Capitão Leônidas Marques, em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.892 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Rio Branco do Sul, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.893 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Nova Laranjeiras, em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.895 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Espigão Alto do Iguaçu, em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.896 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Verê, em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.897 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Pato Branco, em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.898 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Nova Esperança do Sudoeste em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.899 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Prudentópolis, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas

Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.900 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Sulina em face da ocorrência de Enxurradas.

Fonte: DOE 06.11.2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Decreto nº 3.901 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Manoel Ribas, em face da ocorrência de Enxurradas.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.902 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Boa Esperança do Iguaçu, em face da ocorrência de Enxurradas.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.903 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Guamiranga em face da ocorrência de Inundações.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.904 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Imbituva em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensa
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.905 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Saudade do Iguaçu em face da ocorrência de Enxurradas.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.906 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Clevelândia em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.907 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Ponta Grossa em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva – Granizo.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.908 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Santa Maria do Oeste em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.917 de 06 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Lindoeste, em face da ocorrência de Enxurradas.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.918 de 06 de novembro de 2023

Nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná.º Ficam nomeadas para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná - CEDM/PR.
Fonte: DOE 06.11.2023

Decreto nº 3.958 de 07 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Bom Sucesso do Sul, em face da ocorrência de Enxurradas.
Fonte: DOE 08.11.2023

Decreto nº 3.696 de 08 de novembro de 2023

Homologa situação de emergência no Município de Porto Vitória em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas.
Fonte: DOE 08.11.2023

Decreto nº 3.981 de 08 de novembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Aprova o Regulamento do Fundo Estadual para Calamidades Públicas, criado pela Lei nº 21.720, de 31 de outubro de 2023.

Fonte: DOE 08.11.2023

Gastos Públicos

Atos do Poder Executivo

Lei nº 21.727 de 6 de novembro de 2023

Autoriza a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina a contratar operação de crédito para financiamento do Projeto Cais Leste, no valor de R\$ 495.550.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, e quinhentos e cinquenta mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Fonte: DOE 06.11.2023

Legislação Trabalhista

Poder Executivo

Lei nº 21.721, 1º de novembro de 2023.

Dispõe sobre a divulgação e informação quanto a cobrança da taxa de serviço ou gorjeta, bem como sua natureza opcional e facultativa, quando cobrada por restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis e demais estabelecimentos de gênero similar.

Fonte: DOE 01.11.2023

FAT

Resolução 529 de 08 de novembro de 2023

Aprovar o relatório de gestão – PAS exercício 2022, em anexo, referente a execução das Ações e Serviços de Qualificação Social e Profissional, e a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para o Fundo Estadual do Trabalho FET/PR – Programa Qualifica Paraná para o período de 01/01/2022 a 31/12/2022, a respeito dos seguintes requisitos.

Fonte: DOE 08.11.2023

Infraestrutura

Poder Executivo

Decreto nº 3.942 de 07 de novembro de 2023

Dispõe sobre municipalização de trechos da rodovia estadual PR-082 no Município de Douradina. Municipaliza e transfere ao Município de Douradina o domínio e o patrimônio, com suas benfeitorias e acessórios, dos trechos da Rodovia PR-082 do Sistema Rodoviário Estadual – S.R.E a seguir discriminado.

Fonte: DOE 07.11.2023

Decreto nº 3.943 de 07 de novembro de 2023

Dispõe sobre municipalização de trechos das rodovias estaduais PR-239 e PR-589 e a transferência ao Município de Toledo. Municipaliza e transfere ao Município de Toledo o domínio e o patrimônio, com suas benfeitorias e acessórios, dos trechos das Rodovias PR-239 e PR-589 do Sistema Rodoviário Estadual (S.R.E) a seguir discriminado.

Fonte: DOE 07.11.2023

Infraestrutura Social

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Previdência Social

Atos do Paraná Previdência

Decreto nº 3.916 de 06 de novembro de 2023

Aprova o Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA - 1º Aprova, na forma do Anexo a este Decreto, o Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA, instituição com personalidade jurídica de direito privado e natureza de serviço social autônomo Paraná Administrativo, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, para gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Fonte: DOE 06.11.2023

Meio Ambiente

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável

Resolução SEDEST nº 047/2023

Súmula: Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: DOE 07.11.2023

Resolução SEDEST nº 046/2023

Súmula: Nomeia os representantes da Comissão de Avaliação, a qual ficará incumbida de analisar a documentação gerada no processo de auto-declaração no Relatório de Verificação, categorizar a organização inventariante e emitir o Certificado que reconhece a

outorga do Selo CLIMA PARANÁ.

Fonte: DOE 08.11.2023

Instituto Água e Terra

Portaria nº 467, de 06 de novembro de 2023

Estabelecer critérios e procedimentos para a classificação de barragens de acumulação de água, a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento das Inspeções de Segurança Regular (ISR) e Inspeções de Segurança Especial (ISE) Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPSB); do Plano de Segurança da Barragem (PSB) e do Plano de Ação de Emergência (PAE).

Fonte: DOE 07.11.2023

Portaria nº 468, de 06 de novembro de 2023

Designar os servidores abaixo, sob a coordenação do primeiro, para compor o Grupo de Trabalho-GT com objetivo de estabelecer normas e critérios para a dispensa de Autorização Ambiental para destinação de mercadorias apreendidas e resíduos de mercadorias inutilizadas pela Receita Federal do Brasil.

Fonte: DOE 07.11.2023

Interesse Setorial

Agroindústria

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

Resolução nº 130, de 31 de outubro de 2023

Divulgação do preço médio ponderado para o milho.

Fonte: DOE 06.11.2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 45. ano XIV. 13 de novembro de 2023

Saúde

Secretaria da Saúde

Resolução SESA nº 1544/2023

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2023.

Fonte: DOE 01.11.2023

Resolução SESA nº 1554/2023

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2023.

Fonte: DOE 01.11.2023

Resolução SESA nº 1545/2023

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de O Secretário de Estado da Saúde, gestor do Sistema Único de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2023.

Fonte: DOE 01.11.2023

Resolução SESA nº 1546/2023

Habilita os municípios a pleitearem adesão incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2023.

Fonte: DOE 01.11.2023

Resolução SESA nº 1553/2023

Habilita os municípios a pleitearem adesão incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2023.

Fonte: DOE 01.11.2023

Telecomunicações

Casa Civil

Resolução nº 485 de 08 de novembro 2023

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de apresentar propostas a fim de solucionar os entraves relativos à conectividade rural, de acordo com as diretrizes constantes no Plano de Ação denominado DESCOMPLICA TELECOM.

Fonte: DOE 08.11.2023

RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL: Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais do Sistema Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.